

**ATA DA 61.<sup>a</sup> REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE ECONOMIA E INOVAÇÃO**  
**- CTEI/CIF -**

No dia doze de janeiro de dois mil e vinte e dois, às treze horas, **em formato HÍBRIDO, PRESENCIAL na cidade de Vitória/ES e VIRTUAL por videoconferência pela plataforma Teams e transmissão via YouTube no link: <https://youtu.be/Wrox-Eynkn8>**, teve início a **61<sup>a</sup> Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Economia e Inovação – CTEI/CIF**, constituído no âmbito do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC) e do Termo de Ajustamento de Conduta Governança (TAC-Gov), ambos Acordos referentes ao Desastre da Samarco em Mariana/MG.

Da lista de presença constam:

**Presencial:** Amanda Rubin (FLACSO); Antônio Áureo (Comissão de Atingido de Rio Doce/MG); Arthur da Costa Lima ( Fundação Renova); Beatriz Coimbra (ADERES/ES); Cláudia Laureth (FLACSO); Cristiana Almeida (Comissão de Atingidos de Pedra Corrida/MG); Elaine Rodrigues de Vasconcellos Ambrósio (Comissão de atingidos de Conselheiro Pena/MG); Eliane Gregório (Comissão de Atingidos de Linhares/ES); Elis Licks (SETADES/ES); Hugo Santos Tofoli (ADERES/ES); Jadilson Lino de Oliveira Gomes (CRQ Degredo Linhares/ES - membro representante do CIF); João Júnior (INCAPER); Jóeci Miranda (Comissão de Atingidos de Aracruz/ES); Macaciel Breda (SEAMA/ES); Marcos da Silva (Comissão Quilombola da Comunidade Remanescente de Quilombo de Degredo); Victor Prosdocimi (SEDE/MG); Moisés Gomes da Silva (Assentamento Liberdade, Periquito/MG); Rhayrane Carvalho Pedroni (Pref. Aracruz/ES); Sílvia Lafaiete Pires (Comissão de Atingidos de São Mateus/ES); Renato Cardoso (MAPA/MG); Weleda de Fátima Freitas (ATI ASPERQD).

**Remota:** Abílio Vilela (ATI ROSA FORTINI); Alécia Cunha (SEDESE/MG); Amarildo Pereira (ACIAM-MARIANA/MG); Ana Lage (Fundação Renova); André Sacramento (MAPA); Andréa Furtado (Fundação Renova); Anízio Vianna (Fundação Renova); Arthur Teixeira (Fundação Renova); Bruna (Pref. Rio Doce); Cláudio Paiva (SEDE/MG); Daniela (Pref. Aimorés/MG); Diogenes Fonseca Lima (Fundação Renova); Gabriela Davila (Fundação Renova); Gabriela Serpa (FGV/MPF); Heron Teixeira (FGV/MPF); Isabela Arantes (Fundação Renova); Jean Gomes (Pref. Mariana/MG); Jorge Paulo Corrêa de Melo (Fundação Renova); Juçana Rocha de Assis; Katiuscia Coelho ( Fundação Renova); Luciana Rezende (Fundação Renova); Marcelo Sacco (Auditoria EY); Maria Izabel (Auditoria EY); Mariangela De Lorenzo (Consultora dos Camaroeiros de Vitória/ES); Matheus Faraci (SEPLAG/MG); Maurício Kowarick (Fundação Renova); Miriam dos Santos (FLACSO); Pedro Mol (Pref. Mariana/MG); Roberto Ferreira (Fundação Renova); Sérgio Filho (Fundação Renova); Silvério da Luz (Pref. Mariana/MG); Thaís Machado (Pref. Governador Valadares/MG); Tomás Málaga (FGV/MPF); Virgínia Mascarenhas (FAPEMIG/MG); Willian Pessôa (Lia Marinha); Zilmaika Anjos dos Reis (Comissão de Atingidos de Linhares/ES).

O coordenador, sr. Hugo Santos Tofoli, cumprimentou a todos e, após a rodada de apresentação deu início aos trabalhos da **61.<sup>a</sup> Reunião Ordinária da CT-EI** com a participação de membros da CT-EI, comissões de atingidos, assessorias técnicas, Fundação Renova e convidados.

<b>1. Pautas Gerais</b>	
<b>Pauta</b>	<b>Discussão</b>
a. Aprovação da Ata da 60. <sup>a</sup> RO da CT-EI	Sérgio Filho informou que havia algumas correções no texto da ata, mas nada que alterasse o conteúdo. <u>Registro a aprovação, por unanimidade, da Ata da 60<sup>a</sup> Reunião Ordinária da CT-EI. (A Fundação Renova enviará as observações por e-mail).</u>
<b>Encaminhamento 61.1</b>	<b>O secretariado deverá encaminhar a ata da 60<sup>a</sup> RO da CT-EI, aprovada na reunião, para publicação no site do CIF.</b>

**2- Retomada das Atividades Agropecuárias (PG17)**

<b>Pauta</b>	<b>Discussão</b>
a. Informe do GT-AGROPEC	<p>João Júnior, representante do INCAPER/ES, em substituição do Coordenador Titular Frederico Ozanam, que se encontra de férias, informou que a reunião do GT aconteceu no período da manhã, com leitura do ofício da Fundação Renova, referente ao ofício dos Atingidos, que boa parte da resposta dos questionamentos estão relacionados à CT-OS e Renato levará a pauta à CT-OS. Relatou que alguns itens solicitados, como por exemplo “Feira” para escoamento dos produtos, não estariam dentro do escopo do PG-17, e poderiam estar em outro programa. Quanto ao ofício que solicita custeio de médicos veterinários para avaliação de aborto dos animais, aguardaremos retorno do Coordenador Frederico. Foi atualizado os informes do GT-ILHAS e o acompanhamento do Follow Up do PG17</p> <p>Hugo Tofoli abriu espaço para manifestações. Considerando que não houve manifestações, a reunião seguiu para o próximo ponto de pauta.</p>
b. Apresentação de Relatório sobre Projeto Feijão – MAPA.	<p>Hugo Tofoli informou que em virtude das férias de Frederico Ozanam, foi retirado de pauta, com posterior retomada.</p>
c. Assentamento Sezinio/ES – ATES – Fundação Renova	<p>Maurício Kowarick esclareceu que o tema foi apresentado no GT-AGROPEC, com apresentação também na CT-EI. Apresentou o status da continuidade da prestação de ATER no Assentamento Sezinio/ES, realizada pela COOPERTRAC no período de um ano: Atividades realizadas e previstas pela COOPERTRAC para os Assentamentos do MST nas áreas: ambiental, produtiva e social; Linha do tempo com as ações realizadas no período de 2019/2021; Relacionou o que falta ser executado; Ações do programa e fotos. As considerações finais foram os pleitos do assentamento Sezinio divergem do tratamento dado aos demais assentamentos assistidos pelo PG17, interferindo na isonomia do processo de reparação e escopo do programa. O programa está aberto a iniciar a ATES nos moldes já apresentados ao assentamento e respeitará o prazo de adesão do programa para o Espírito Santo.</p> <p>A apresentação consta em memória de áudio e vídeo e está disponível para eventuais consultas.</p> <p>João Júnior pontuou as dificuldades enfrentadas pelo programa e informou que a Agência Nacional de ATER, está ofertando um edital, o que possibilitaria uma sobreposição, e fez menção ao prazo que tem no PG17 de adesão que é até dezembro de 2022.</p> <p>Hugo Tofoli sugeriu a elaboração de uma Nota Técnica para encaminhamento ao CIF, tendo em vista a baixa adesão, bem como o edital ATER que terá na região.</p> <p>João Junior sinalizou a necessidade de envolver outras pessoas, como a própria Fundação Renova e representantes dos Atingidos, sendo favorável à elaboração da Nota Técnica.</p>
<b>Encaminhamento 61.2</b>	<b>Elaboração de uma minuta de NT pelos membros do GT-AGROPEC</b>

<b>3 - Promoção da Inovação (PG15)</b>	
<b>Pauta</b>	<b>Discussão</b>
a. Informe do GT-Desenvolve	<p>Hugo Tofoli informou que a primeira reunião do ano de 2022 do GT-Desenvolve teve como pauta o Projeto da Cadeia do Cacau, cuja Nota Técnica foi apresentada como extrapauta para aprovação da CT-EI, e posterior encaminhamento ao CIF. Mencionou a planilha de reequilíbrio do contrato do projeto do Distrito Empresarial de Mariana/MG, cuja Nota Técnica será apresentada como mais um ponto de extrapauta. Na reunião do GT foi solicitado ao Cláudio Paiva, se conseguiria apresentar uma Nota Técnica, uma vez que a deliberação foi feita sem levar em consideração a taxa de administração do BDMG e o valor para o Plano de Marketing. As NT's serão tratadas no PG18. Considerando que não houve manifestações, a reunião seguiu para o próximo ponto de pauta.</p>
b. Apresentação dos resultados do Projeto da Lia Marinha (Estação de Tratamento Natural) - Fundação Renova	<p>Gabriela Davila, representante da Fundação Renova, contextualizou o Projeto Lia Marinha, que é um projeto da estação de tratamento natural, e um dos financiados pelo edital SENAI de Inovação, sendo a Lia Marinha uma Start-up de Mariana/MG, selecionada para atender uma das linhas temáticas do Senai em 2018. Após desenvolvimento do protótipo, foi dado continuidade pelo PG15, entendendo o princípio de internalização das tecnologias pelo processo de reparação. Com o interesse do PG15 e PG23 de fazerem o monitoramento da estação de tratamento natural, foi feito um novo contrato com a Linha Marinha, para avaliação nos períodos, seco e chuvoso, da robustez da tecnologia e validação da capacidade técnica e econômica de viabilidade do protótipo.</p> <p>Willian Pessôa, representante da Lia Marinha iniciou sua apresentação sobre proposta de solução tecnológica para melhoria da qualidade da água, solução que não utiliza produtos químicos e não demanda energia elétrica para fazer o processo de remediação, buscando melhorar a redução da concentração de sólidos e alguns metais. Assim, a tecnologia proposta é a Estação de Tratamento Natural – ETN, que é um sistema modular, composto por dois componentes: ilhas flutuantes e barreiras filtrantes. O projeto conta com o SENAI como parceiro com acompanhamento da RAMBOLL e AECOM. Em setembro/2020 foi concluída a etapa em menor escala e iniciou o gerenciamento da tecnologia já implantada no trecho 08. Em dezembro/2021 foi desmobilizada a ETN e validada a solução. Todos os módulos foram vegetados e não houve perdas de mudas devido a patologia ou não adaptação. Para avaliar a viabilidade da tecnologia, foram utilizadas as metodologias: Processo simplificado de tomada de decisão e Análise de custo-benefício (ACB).</p> <p>A apresentação consta em memória de áudio e vídeo e está disponível para eventuais consultas.</p>

Gabriela Davila agradeceu a participação da Lia Marinha. Com vistas a dar maior transparência aos resultados do Programa de Promoção da Inovação, traz essa primeira grande entrega que teve um resultado tecnológico muito bom.

Jóeci Miranda, representante da Comissão de Atingidos de Aracruz/ES, perguntou se houve a descontaminação da fauna e flora, se os peixes e a água desse território estão próprios para serem consumidos. Outro questionamento foi se durante essa grande enchente, o projeto implantado no leito do rio Doce, se está intacto ou se a chuva carregou o projeto.

Willian Pessoa respondeu que é um projeto piloto, foi desmobilizado e implantado em uma pequena área de testes da tecnologia desenvolvida. Conforme apresentado, foram obtidos resultados e a solução tem potencial de reduzir as questões dos sólidos e dos metais. A próxima etapa é a avaliação da FR do potencial da tecnologia e se terá continuidade. É uma solução de projeto piloto em pequena escala testado para verificar o potencial de melhorar a qualidade da água. Foram feitos testes no período chuvoso com desafios. As barreiras flutuantes têm um dispositivo, quando tem uma chuva muito forte ou ao encontro de galhos, ela é desativada, vai para margem e permite a passagem.

Elaine Vasconcellos, representante da Comissão de Atingidos de Conselheiro Pena/MG, perguntou qual foi o resultado da presença dos metais nos períodos de seca e chuvoso.

Willian Pessoa reapresentou os gráficos (metais: alumínio, ferro e manganês), demonstrando que os metais foram absorvidos. No período chuvoso menor concentração de metais, no período seco maior acumulação. Em relação à água, foram baixas concentrações, parâmetros como mercúrio, arsênio e lítio não foram identificados. Ao se avaliar a biomassa que é usada para remover e fazer essa redução dos metais presentes, dentro do período seco, tiveram uma maior concentração e no período chuvoso uma menor concentração.

Zilmaika dos Reis, representante da Comissão de Atingidos de Linhares/ES, disse que o projeto é excelente. A retirada ou absorção desses metais da água seria de grande valia para todos nós. Perguntou como seria possível evitar ou reduzir o deslocamento dos metais, dentro dos parâmetros de hoje, com chuva, utilizando esse projeto. Em Linhares/ES, a água alcançou 7 metros acima do nível do rio Doce. Presume-se que a água está correndo e o rejeito se deslocando, o projeto seria viável e traria algum benefício nessa questão?

Willian Pessoa respondeu que todo trabalho é ecossistêmico. É difícil encontrar uma solução que vá resolver tudo. Dentro dessa tecnologia o sistema é descentralizado. Assim, há pontos que terão maior concentração de sólidos ou maior concentração de metais. Desta forma, a ideia é trabalhar em pontos específicos para poder minimizar o transporte de sedimentos e sólidos, para que ao longo desse percurso, conseguir ganhos. Citou exemplo de um ponto de captação de água onde há utilização de barreiras filtrantes e ilhas flutuantes, poderemos ter menos sólidos e com isso diminuir o uso de produtos químicos para reduzir a turbidez.

Pontuou que melhorar aquele ecossistema contribuirá para uma regeneração da vegetação naquele entorno. Trabalhar pontos específicos em conjunto com outras medidas e com a FR, obteremos melhores resultados.

Zilmaika dos Reis apontou que alguns bairros em Linhares/ES que são beira rio, tiveram uma contaminação do lençol freático, mesmo fazendo o esgotamento dos poços artesianos, quando o poço volta a encher, na tentativa de realizar a limpeza, a água retorna com a coloração enferrujada. Com esse projeto poderia sanar esses casos?

Willian Pessoa disse que é um caso de entendimento e análise do problema. É uma situação de fito remediação que tem o potencial de atuar na concentração de metais e também nos sólidos, todavia é uma situação de análise.

Hugo Tofoli perguntou qual foi o investimento total da pesquisa e a questão da viabilidade econômica em relação a outros processos de descontaminação.

Gabriela Davila respondeu que foram dois momentos. O aporte da Fundação Renova foi de 200 mil reais para desenvolvimento da tecnologia. O SENAI teve a contrapartida de 200 mil reais, para desenvolvimento da ETN, fabricação do protótipo, assessoria técnica necessária, e acompanhamento do edital SENAI. A Lia Marinha teve uma contrapartida econômica e financeira de 40 mil reais, além das horas técnicas da Lia Marinha que foram em torno de 100 mil reais. A segunda parte do monitoramento, foi um contrato de cerca de 490 mil reais para mais de 12 meses de monitoramento da solução.

Hugo Tofoli pontuou que o projeto custou um pouco mais de 1 milhão de reais. Questionou se a pesquisa estudou a viabilidade de implementação em relação a outras, ou seja, a relação de custo-benefício. É economicamente viável depois dos estudos?

Willian Pessoa informou que no processo de avaliação da viabilidade, foi comparado com outras 03 alternativas já levantadas pela FR, a parte de benefícios, com apresentação do custo no relatório final. Com todas as informações necessárias para tomada de decisão, a FR avaliou os custos das alternativas aplicadas ou já levantadas, com o custo da ETN e a relação dos benefícios.

Hugo Tofoli perguntou novamente se ficou abaixo de outras alternativas já existentes ou não.

Willian Pessoa informou que como não temos os dados abertos, as informações foram repassadas para FR realizar essa avaliação.

Hugo Tofoli comentou com Gabriela Davila, que Willian Pessoa não tem acesso a outros modelos de descontaminação que a FR vem aplicando ou vem estudando comparado ao dele. Assim, não tem como comparar a viabilidade econômica com outros que foram passados para que a FR avaliasse. Perguntou a Gabriela Davila se é mais ou menos viável economicamente.

Gabriela Davila respondeu que a FR contou com o apoio do Programa de Manejo de Rejeitos para realizar a avaliação. É uma tecnologia considerada viável, mas vai depender do ponto a ser

instalada e da extensão da ETN para os resultados necessários. Deve-se canalizar esse custo frente a alternativa necessária para cada ponto de instalação, uma vez que a quantidade de ferro, a quantidade de metais e a turbidez variam ponto a ponto. Na avaliação para aquele trecho, a tecnologia se mostrou viável, mas em caso de reaplicação para outro ponto do rio, como uma extensão diferente e com parâmetros diferentes, deve-se avaliar frente à tecnologia que está sendo implantada naquela localidade do rio.

Hugo Tofoli perguntou se o projeto piloto era para fazer a descontaminação no rio Doce, ou seria um projeto de inovação para descontaminação de qualquer rio.

Gabriela Davila disse que nesse caso, no edital havia uma linha específica para tratamento, diminuição da turbidez e de metais, então o foco também era nos metais que tiveram um aumento decorrente do rompimento da barragem. É uma solução que pode ser aplicada para outras situações, visto que é uma plataforma tecnológica, a depender do tipo de contaminante, do objetivo do contratante e pode ser feita escolha de outras plantas para ter a fito remediação no local.

Hugo Tofoli argumentou que o recurso é de inovação voltado para o desastre, perguntou se o teste foi feito em local que não é do desastre. Foi feito em um afluente. Mas não é a mesma contaminação que está no rio Doce. Comenta que o projeto não passou por ele quando da aprovação, que na época da aprovação, não saberia dizer se ficou claro de que a experiência piloto não seria no do rio Doce.

Gabriela Davila disse que o rio Gualaxo do Norte foi um afluente afetado. A escolha do ponto levou em consideração o fato de ser uma área afetada, que teve depósito de rejeito na margem do rio e o aumento do número de contaminantes de metais, ou seja, o rio foi atingido. O rejeito passou pelo Gualaxo do Norte para chegar no rio Doce.

Hugo Tofoli perguntou se a situação do rio Galaxo do Norte é a mesma do rio Doce.

Willian Pessôa pontuou que o rio Galaxo do Norte foi o primeiro ponto afetado. O ponto que foi trabalhado está abaixo de Bento Rodrigues. Esclareceu que o critério de escolha para aplicação da tecnologia foi uma área afetada, tendo como objetivo avaliar se o rejeito que está na margem e que a estrutura pudesse minimizar esse aporte da margem para o leito do rio. Além disso, que pudesse minimizar o rejeito que está no leito e não devolver para transportar mais sedimentos. Esse foi o critério adotado e a tecnologia implantada em um rio impactado e que foi avaliada no Plano de Manejo de Rejeitos.

Hugo Tofoli perguntou se a escolha do rio estava no projeto inicial.

Willian Pessôa respondeu que sim, que a chamada da FR buscou empresas para atuarem na área diretamente impactada.

Hugo Tofoli perguntou a Gabriela Davila, se a análise realizada com o manejo de rejeitos tem viabilidade para implantação no rio Doce?

Gabriela Davila disse que é um projeto viável tecnicamente e que a viabilidade econômica para esse trecho se mostrou viável. Para aplicá-la em outras áreas é necessário fazer a avaliação da área e das tecnologias atualmente utilizadas no tratamento e avaliar o custo-benefício. A análise de viabilidade econômica leva em consideração alguns itens no espaço circunscrito em que foi realizada a análise. Não consegue afirmar se a solução foi aplicada em todo rio Doce, se será eficiente, pois dependerá de outra quantidade de plantas, da extensão da ETN e de um outro volume de rio. Explicou que a escolha e o dimensionamento da ETN foram realizados considerando a largura e a velocidade do rio, o impacto menor, o maior tempo de contato com as barreiras filtrantes e as ilhas flutuantes. O Programa de Manejo de Rejeitos, caso tenha o interesse de fazer em outras áreas, deverá avaliar por *peer review* de outras tecnologias viáveis para determinada localidade em que se deseja implantar a solução e fazer a comparação com a ETN.

Hugo Tofoli questionou se há previsão de estudo de implantação em outras áreas.

Gabriela Davila disse que o projeto finalizou em dezembro/2021 e o relatório foi encaminhado para o Programa de Manejo de Rejeitos. Os resultados foram apresentados na CT-GRSA e na CT-BIO, que tinham conhecimento do desenvolvimento do projeto, dos parâmetros e dos resultados. Caso a decisão seja pela implantação, será avaliado pelo Programa de Manejo de Rejeitos por *peer review* para avaliação de reimplantação em outra localidade.

Hugo Tofoli perguntou se a apresentação foi realizada na CT-BIO e na CT-GRSA e Gabriela Davila respondeu que sim. Willian Pessoa informou que foi apresentada em novembro/2021 e em dezembro/2021. Hugo Tofoli perguntou por qual motivo foi apresentado apenas em janeiro/2022 na CT-EI.

Gabriela Davila disse que houve tentativa de inclusão na pauta de dezembro/2021, mas não foi possível considerando os documentos de definição, em novembro/2021, não havia sido entregue o relatório final. A CT-GRSA e a CT-BIO acompanhavam a metodologia em caráter técnico, que o objetivo enquanto Programa de Promoção da Inovação, era trazer resultados de viabilidade que não estavam prontos no momento da apresentação de novembro e dezembro, quando apresentados nas outras CT's.

Ana Lage, representante da FR, destacou que o PG15 tem um caráter de atuação transversal. Quando se abre as chamadas e fomenta o desenvolvimento de alguma tecnologia ou de alguma pesquisa, é baseada em alguma demanda de outra área que está trabalhando no processo de reparação. A apresentação técnica pode suscitar dúvidas por parte de pessoas não especialistas ou entendedoras do negócio nas CT's. Para esse trecho, onde foi implantada a ETN, a tecnologia demonstrou ser viável. Mas para outros pontos do rio há necessidade de avaliação. Deve-se verificar qual melhor forma de trazer para as reuniões os relatórios técnicos, para evitar um monte de dúvidas. Disse que o programa está fomentando e financiando pesquisas para atendimento a

vários segmentos e áreas da reparação. Nós do programa não somos especialistas ambientais para acompanhar o pesquisador e sua equipe, mas outras áreas, como a de Manejo de Rejeitos, há especialistas nessa temática que acompanharam. O objeto do programa é primar por critérios que de fato tragam soluções que possam ser implementadas no processo de reparação. Destacou a seriedade e qualificação dos profissionais selecionados por meio do edital em parceria com o SENAI, para a execução do projeto.

Hugo Tofoli salientou a necessidade de seguir os trâmites, os questionamentos realizados foram para entender os procedimentos, visto que, à época não era membro da CT-EI. O projeto passou dentro da CT-EI, sendo importante primeiramente, a CT-EI receber a resposta. Pontuou acerca da viabilidade econômica ou não, uma vez que tecnicamente tem viabilidade. No que tange à viabilidade econômica há necessidade de avaliação, é um fator principal quando se trata do processo dentro da CT-EI. A inovação é feita, mas se ela não tem viabilidade econômica, são fatores de atenção visando a economia. Todavia, não significa que o investimento foi mal feito, mas o que precisa ser avaliado é se possui viabilidade econômica.

Virgínia Mascarenhas, representante da FAPEMIG, perguntou uma vez finalizado o projeto piloto, qual é a proposta de continuidade no âmbito do PG15, qual é o valor orçamentário e como poderá ser realizado.

Gabriela Davila respondeu que a participação da FR enquanto fomentador, financiador da produção de conhecimento e validação da tecnologia, que é um passo importante para internalização, foi concluída. Foi repassado para o PG23 as considerações quanto à viabilidade e a possibilidade de internalização para o trecho que foi avaliado e validado. No caso de existir o interesse de ser utilizado como processo complementar ou processo único de reparação em alguma localidade, o financiamento será via PG23 e dentro da avaliação de *peer review* que será feita entre o relatório e a avaliação da localidade.

Ana Lage disse que a finalidade do PG15 não é necessariamente a implementação das soluções que ele fomenta. Isto é direcionado aos programas que tem demanda por algumas soluções. Corroborou que a parte da FR finalizou, não só com o apoio ao desenvolvimento da tecnologia, mas com a parte de validação. A próxima etapa cabe ao Programa de Manejo de Rejeitos a utilização dessa tecnologia.

Zilmaika dos Reis parabenizou a Ana Lage e Hugo Tofoli pelas explicações e que o projeto aparenta ser viável. Embora não se possa comparar os custos de investimento de geração do projeto, de aplicação e de criação, com os custos de prática dele. Mas, um projeto que viabilize a extração e amortização da quantidade de rejeitos que tem dentro do rio, que possa melhorar a água dos poços artesianos, já dá um respiro para o atingido, uma vez que a agricultura e a produção não retornaram cem por cento.

Willian Pessoa agradeceu a oportunidade de desenvolver o projeto e disse fazer parte da comunidade de Mariana/MG.

	<p>Informou que a tecnologia foi premiada em primeiro lugar no CREA. A Lia Marinha em 2020 e 2021, por meio das Universidades de Harvard e MIT, apresentou o projeto na Conferência do Brasil em Boston e participou do Fórum Mundial das Águas.</p>
<b>Encaminhamento 61.3</b>	<p><b>A Fundação Renova deverá encaminhar para a CT-EI o relatório final, para que seja remetido, de forma oficial, a CT – GRSA e CT-BIO, solicitando um parecer técnico para avaliar o projeto.</b></p>
<p>c. Apresentação (e envio) do projeto de novas rodadas do Hub de Inovação em outros territórios - Fundação Renova</p>	<p>Katiuscia Coelho, representante FR, apresentou os dados do projeto informando que o prazo de desenvolvimento é de 21 meses, e o orçamento seria em torno de 2,3 milhões de reais. O público-alvo: empreendedores/start-ups/empresas nos territórios do projeto (Médio e Foz do rio Doce). O Hub seguirá as etapas: contratação e mobilização, edital, seleção, pré-aceleração e desenvolvimento tecnológico. Tem como relevância e aderência ao PG15 na colaboração direta o atendimento à Cláusula 114 “b” e com potencial indireto de atendimento à Cláusula 113. Pode atuar como ferramenta de apoio ao desenvolvimento de um ecossistema de empreendedorismo e inovação que fomente a criação, o desenvolvimento e o fortalecimento de iniciativas e negócios que utilizem tecnologias socioeconômicas voltadas ao processo de reparação. E no aumento do potencial de internalização das tecnologias financiadas para o processo de recuperação socioeconômica e socioambiental das áreas atingidas.</p> <p>A apresentação consta em memória de áudio e vídeo e está disponível para eventuais consultas.</p> <p>Virgínia Mascarenhas perguntou como está o Hub de Mariana/MG, Gabriela Davila informou que está no meio da rodada de aceleração, com 15 negócios selecionados e 24 empreendedores apoiados. Está funcionando como uma pré-aceleração em outras rodadas, mas o objetivo é focar mais no desenvolvimento tecnológico. Virgínia Mascarenhas solicitou os dados do Hub de Mariana/MG e da Casa Empreendedor, perguntou acerca do cronograma e qual a diferença entre os itens contratação do fornecedor e edital. Katiuscia Coelho explicou que a contratação do fornecedor é um processo interno da FR, já o edital é o chamamento de inscrições para o Hub, pois será contratado um fornecedor para executar o programa. Gabriela Davila disse que a construção será conjunta, o recebimento das propostas e a composição da banca de julgamento ficarão a cargo do fornecedor.</p>
<b>Encaminhamento 61.4</b>	<p><b>Encaminhar a apresentação do Hub de Mariana/MG para o GT-Desenvolve, para aprofundamento da pauta.</b></p>

**4 - Desenvolvimento e Diversificação Econômica (PG18)**

Pauta	Discussão
-------	-----------

<p>a. Apresentação Projeto de Fomento ao Associativismo e ao Cooperativismo – Fundação Renova</p>	<p>Anízio Vianna, representante da FR, iniciou a apresentação citando a Cláusula 130 do TTAC, e) estímulo ao associativismo e ao cooperativismo. O projeto tem como objetivo apoiar 25 associações ou cooperativas em ações voltadas para: regularização de negócios; gestão dos negócios; investimentos direto para desenvolvimento. O público-alvo são os grupos produtivos formais ou com CNPJ e/ou os grupos produtivos informais. Haverá um comitê de avaliação para acompanhamento das etapas do projeto. Citou a importância das ações e das etapas de mobilização, processo seletivo e diagnóstico organizacional. Após estas etapas, terá consultoria na estruturação dos grupos (serviço jurídico, contábil e assistência técnica), gestão e investimento.</p> <p>Hugo Tofoli destacou que no campo contábil, os trâmites da cooperativa são realizados na Junta Comercial, os da associação são no cartório e não há inscrição no Simples Nacional.</p> <p>Anízio Vianna informou que cada organização poderá receber até 60 mil reais, de acordo com as necessidades apontadas no diagnóstico organizacional (investimento fixo e insumos). O cronograma tem a previsão de 24 meses e o investimento próximo a 2,5 milhões de reais.</p> <p>A apresentação consta em memória de áudio e vídeo e está disponível para eventuais consultas.</p> <p>Elaine Vasconcellos, representante da Comissão de Atingidos de Conselheiro Pena/MG, solicitou que a FR ao divulgar os projetos, dê maior tempo para a inscrição e realização dos projetos. Anízio Vianna informou que será feita uma divulgação ampla do projeto.</p> <p>Hugo Tofoli perguntou se já contrataram quem irá executar. Anízio Vianna respondeu que será aberta a contratação.</p> <p>Hugo Tofoli perguntou acerca do critério que será utilizado na seleção das organizações. As 35 selecionadas serão as que mais precisam ou as que estão mais avançadas? Anízio Vianna disse que deverá ter um equilíbrio entre a maturidade de gestão de processo, com aquelas que mais precisam. Essa escolha deve ser bem avaliada dentro da matriz.</p> <p>Hugo Tofoli perguntou se a assessoria contábil trabalharia com grupos não registrados. Anízio Vianna informou que sim, um exemplo pode ser que um grupo informal esteja no caminho da formalização, mas precisaria de uma consultoria.</p> <p>Jóeci Miranda perguntou se o projeto é extensivo a novas áreas ou não. Anízio Vianna disse que a FR está atuando nos municípios que estão previstos no TTAC. Jadilson Gomes, membro representante do CIF, perguntou se o aporte financeiro será 100% pela FR ou terá outras entidades. Anízio Vianna disse que no projeto está previsto 100% de recursos da FR.</p>
<p><b>Encaminhamento 61.5</b></p>	<p><b>Encaminhar a apresentação do Projeto de Fomento ao Associativismo e ao Cooperativismo para o GT-Desenvolve, para aprofundamento da pauta.</b></p>

<b>EXTRAPAUTA – Apresentação da minuta da Nota Técnica 098/2022 – Fortalecimento da Cadeia do Cacau</b>	
<b>Pauta</b>	<b>Discussão</b>
Apresentação da Nota Técnica nº 098/2022/CT-EI	<p>Hugo Tofoli fez um breve histórico acerca do Projeto Cadeia do Cacau. Informou que no dia 11/01/2022 a NT foi discutida no GT-Desenvolve, com recomendação para aprovação e encaminhamento ao CIF.</p> <p><u>Levada à deliberação, registro por unanimidade a aprovação da NT do projeto “Fortalecimento da Cadeia do Cacau”.</u></p>
<b>Encaminhamento 61.6</b>	<b>A Nota Técnica nº 098/2022/CT-EI deverá ser encaminhada ao CIF como pedido de pauta da 58ª Reunião Ordinária para deliberação.</b>

<b>EXTRAPAUTA – Revisão de minuta da Nota Técnica 087/2021 e atualização do Distrito Empresarial de Mariana/MG</b>	
<b>Pauta</b>	<b>Discussão</b>
Revisão de minuta da Nota Técnica 087/2021 e atualização do Distrito Empresarial de Mariana/MG	<p>Hugo Tofoli contextualizou acerca da atualização do valor do Distrito Empresarial de Mariana/MG. A NT foi aprovada em 2021 e encaminhada ao CIF com deliberação no valor de 9,5 milhões de reais. Posteriormente, a Prefeitura de Mariana/MG solicitou a atualização de valores do Distrito Empresarial devido ao aumento dos preços. Foi identificado que havia alguns erros de itens, que estavam diferentes da atualização do pedido, e também foi percebido que a deliberação do CIF não tratava do valor correto, pois não estava levando em consideração o valor de divulgação, nem a taxa de administração do BDMG. Assim, deverá ser encaminhada ao CIF uma NT que esclareça tais situações.</p> <p>Pedro Mol, representante Prefeitura Mariana/MG informou que na NT no item 1: motivos do realinhamento de valores que é um reequilíbrio da planilha; item 2: as questões relacionadas ao plano de marketing e item 3: pontos cabíveis da remuneração do agente financeiro.</p> <p>Hugo Tofoli perguntou se consta na NT justificativa do não envio do plano de marketing e da remuneração do agente financeiro, na análise anterior. Ana Lage esclareceu que à época o ponto focal estava na tabela da infraestrutura, o plano de marketing e a remuneração do agente financeiro estavam previstos no projeto, mas no momento da elaboração da NT não foram inclusos.</p> <p>Hugo Tofoli disse ser necessário explicar na NT a não inclusão desses itens, para que não haja dúvidas no momento de deliberação do CIF. Ana Lage disse que não vê problemas de fazer as devidas explicações. Cláudio Paiva informou que o plano de marketing e a remuneração do agente financeiro estavam previstos no projeto. Não há problemas em fazer as explicações informando o equívoco, mas é importante mencionar que os itens estavam previstos no projeto.</p> <p>Hugo Tofoli disse que é necessário fazer essa justificativa, tendo em vista a NT anterior. Explicar que os dois itens já estavam previstos, foi um erro no momento de informar os valores no resultado final da</p>

	<p>NT, pois não foi incluso os valores do BDMG e do Plano de Marketing. A justificativa pode ser inserida na conclusão da NT, detalhando cada valor e o total.</p> <p><u>Levada à deliberação, registro a aprovação da NT do projeto “Atualização do Distrito Empresarial de Mariana”, com ressalva de que se algum membro questionar o teor da NT, após sua colocação no drive, será retirada de pauta da reunião do CIF e discutida na próxima reunião da CT-EI.</u></p>
<p><b>Encaminhamento 61.7</b></p>	<p><b>A Nota Técnica deverá ser encaminhada ao CIF como pedido de pauta para próxima Reunião Ordinária para deliberação, concomitante será disponibilizada no drive para os membros da CT-EI se manifestarem.</b></p>

**5. Retomada das Atividades Aquícolas e Pesqueiras (PG16)**

Pauta	Discussão
<p>a. Informes GT-PG16</p>	<p>Renato Cardoso, representante do MAPA, informou que no dia anterior foi realizada reunião do GT-PG16 e teve como pauta os ofícios encaminhados à FR. Um ofício tratava-se da tabela comparativa com o edital apresentado pela FR. Foi discutido que trabalhariam tão somente com a Aquicultura. Em diálogo com Camila Camilo, representante da FR, ela pediu prazo de 30 dias para análise. O segundo ofício foi solicitação de esclarecimentos quanto ao corte do AFE dos pescadores profissionais. O questionamento da CT-EI foi se os pescadores profissionais que terão suas carteiras canceladas, estarão abarcados pelo Programa 16.</p> <p>Sérgio Filho confirmou o recebimento dos ofícios e perguntou sobre a NT 097/2021 que fez considerações ao Programa 16 e quais seriam os próximos encaminhamentos.</p> <p>Hugo Tofoli informou que a NT foi encaminhada ao CIF e por não ter o texto do programa, não entrou na extraordinária de dezembro/2021. A CT-EI pedirá como ponto de pauta para a próxima reunião do CIF. A NT está disponível no drive para trabalho e no debate realizado ontem sobre o edital, foi discutido trabalhar em vez da pesca propriamente dita, se trabalhar a criação de peixe. Para avançarmos no programa a FR pode começar a redação da proposta. Não havendo consenso, o programa não será deliberado pelo CIF. Vale uma aprovação parcial, uma vez que não há consenso geral sobre a pesca.</p> <p>Renato Cardoso comentou sobre a diversificação na produção de peixes, por exemplo, além de peixes de corte, peixe ornamental dentre outros, que possibilite a geração de renda na aquicultura.</p> <p>Sergio Filho pontuou dúvida sobre a versão final da NT. Hugo Tofoli disse que o secretariado encaminhará para FR a versão final assinada.</p> <p>Zilmaika dos Reis comentou sobre o corte do AFE, a FR concedeu prazo de 30 dias para que o atingido apresente a declaração. Em Linhares/ES a declaração não está sendo emitida pela Colônia de</p>

	<p>Pesca e nem pela Secretaria de Pesca. Hugo Tofoli informou que esta pauta está sendo tratada na CT-OS.</p> <p>Elaine Vasconcellos disse que devido os alagamentos as extensões das áreas atingidas aumentaram, perguntou se terão autonomia de verificar esses locais e incluir essas novas áreas para fazerem o processo de reparação via ATER.</p> <p>Mariangela De Lorenzo, consultora dos Camaroeiros de Vitória/ES, perguntou como está o processo de assistência técnica para pesca, se será incluído ou aditivado dentro dos convênios da agricultura uma assistência específica para pesca ou se terá um processo diferenciado.</p> <p>Renato Cardoso disse que sobre a questão da ATER foi informado que seria fornecido, mas no momento a pesca está com limitações, não podendo ser feita. Mariangela pontuou que no Espírito Santo a pesca no rio não está proibida, há limitação quanto a venda do pescado. Na área marinha está restrita e em alguns trechos há proibição. Na mesma propriedade rural o pescador é ribeirinho e agricultor, então existe a assistência técnica e o Governo Federal trata essa política para pesca integrada à agricultura, por qual motivo não se utiliza do aditivo.</p> <p>João Júnior disse que as equipes que foram contratadas, no caso de Linhares/ES é plural, as equipes não foram pensadas para atuar em pesca.</p> <p>Mariangela disse ter ciência dessa situação, sendo mais um motivo para aditivar. Perguntou à CT-EI se não seria o caso de realinhar e encaminhar um aditamento do que está até agora para a agricultura, para começar a pensar a pesca, pois o modelo da FR para a pesca está muito distante daquele que o atingido pleiteia. Sugeriu colocar como ponto de pauta no GT-AGROPEC.</p> <p>Hugo Tofoli sugeriu realizar uma reunião conjunta entre o GT-PG16 e GT- AGROPEC.</p>
<p><b>Encaminhamento 61.8</b></p>	<p><b>Realização de reunião conjunta entre o GTs PG16 e AGROPEC sobre a assistência técnica da pesca.</b></p>

<p><b>Considerações Finais</b></p>	
<p><b>Pauta</b></p>	<p><b>Discussão</b></p>
<p><b>Considerações Finais</b></p>	<p>Hugo Tofoli propôs que, para otimizar a RO, as apresentações de acompanhamento ocorressem dentro dos GT's e na CT-EI passariam as considerações necessárias a todos.</p> <p>Abílio Vilela, representante ATI ROSA FORTINI, disse que após o processo de recebimento das indenizações, os agricultores tanto de subsistência quanto os informais, estavam tendo problemas de acesso à DAP por conta do recebimento das indenizações e isso tem causado uma certa preocupação entre EMATER e Instituições de acompanhamento da parte agrícola dos municípios. Assim se busca</p>

	<p>uma alternativa para as pessoas acessarem a DAP, pois pode impedir de participar nos editais deste ano.</p> <p>Hugo Tofoli orientou Abílio Vilela a enviar por e-mail esta questão para discussão dentro do GT-AGROPEC.</p> <p>João Júnior relatou que a INCAPER questionou a coordenação de cadastro do MAPA de como computar esses recursos e foi informado que deve ser computado como benefícios. Assim, essa renda aparece na DAP, mas não se somada à renda bruta da família para compor o mínimo de 50% oriundo da atividade agropecuária ou pesqueira.</p>
	<p>Ana Lage perguntou sobre o PG18 e PG19, que na última reunião do CIF tiveram as deliberações e elas não constam no site do IBAMA, se houve algum problema e se há previsão para serem disponibilizadas. Hugo Tofoli pediu ao secretariado para verificar junto à SECEX e informar a FR sobre a publicação. Amanda informou que a SECEX estava aguardando o recebimento de alguns documentos, todavia já foram encaminhados, assim fará contato com a SECEX visando a publicação das deliberações.</p> <p>Ana Lage perguntou sobre o PG42, se houve análise da Cláusula 142. Informou que não houve movimento no mês anterior para esse item, apenas o pagamento de um DAE de 0,86 centavos de reais, referente a uma diferença de cálculo de IPCA para Minas Gerais. As avaliações da Cláusula 143 seguem com a EY. Os órgãos que já entregaram a documentação são o IEMA/ES e a Polícia Militar/MG. Existe um saldo ainda passível de ressarcimento dentro da Cláusula 143, os demais órgãos, não foi recebida a documentação.</p> <p>Hugo Tofoli propôs como encaminhamento as Cláusulas 141 e 142 para o próximo GT-Desenvolve.</p> <p>Sérgio Filho perguntou sobre os pontos de pauta da CT-EI para o próximo CIF. Hugo Tofoli informou que será a NT dos Bancos Comunitários, NT PG16, NT projeto Cadeia do Cacau e NT do Distrito Empresarial de Mariana/MG.</p> <p>Hugo Tofoli informou que recebeu e-mail do Presidente do CIF durante a reunião, sobre as reuniões presenciais, pontuando os períodos de chuvas em MG e ES, a nova onda da variante ômicron e gripe influenza, sugerindo que as CT's avaliassem a necessidade real das reuniões presenciais. Disse que será mantida a reunião presencial para o mês que vem, mas manteremos todos os cuidados sanitários. Sugeriu a realização da testagem com 48h anterior ao dia da viagem, principalmente para quem irá se deslocar de um estado para outro. Informou que no Aeroporto de Vitória há teste gratuito. Reforçou que para participar das reuniões presenciais é obrigatório o ciclo vacinal completo.</p> <p>Roberto Ferreira mencionou os projetos que estão aguardando aprovação por parte da CT-EI, estudo de perfil profissional de Mariana/MG e o estudo de prospecção de fornecedores. Hugo Tofoli solicitou à Ana Lage e Sérgio Filho que elencassem as prioridades e fizessem os levantamentos no GT-Desenvolve.</p> <p>Tomás Málaga, representante FGV/MPF, sugere como pauta da CT a recomendação do perfil de Mariana/MG. Hugo Tofoli orientou a discussão dentro do GT.</p>

	Amarildo Pereira, representante da ACIAM-MARIANA/MG agradeceu sobre o andamento do projeto do Distrito Empresarial de Mariana/MG.
	Mariangela De Lorenzo solicitou a possibilidade de mudança do dia da reunião do PG16 devido a conflito de agendas. Hugo Tofoli orientou a encaminhar e-mail solicitando a mudança.

6. Apresentação de Follow-Up dos Programas	
Pauta	Discussão
a. Follow up PG-15	<u>Registro que este ponto de pauta foi suprimido da reunião.</u>
b. Follow up PG-16	<u>Registro que este ponto de pauta foi suprimido da reunião.</u>
b. Follow up PG-17	<u>Registro que este ponto de pauta foi suprimido da reunião.</u>
b. Follow up PG-18	<u>Registro que este ponto de pauta foi suprimido da reunião.</u>
b. Follow up PG-19	<u>Registro que este ponto de pauta foi suprimido da reunião.</u>
b. Follow up PG-20	<u>Registro que este ponto de pauta foi suprimido da reunião.</u>
b. Follow up PG-42	<u>Registro que este ponto de pauta foi suprimido da reunião.</u>

Finalmente, o coordenador da CT-EI, sr. Hugo Tofoli, agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a **61.ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Economia e Inovação – CTEI/CIF** às 17h do doze de janeiro de dois mil e vinte e dois.

**Registro que a presente ATA foi aprovada no dia 09/03/2022, na 63ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE ECONOMIA E INOVAÇÃO – CTEI/CIF, visto que a 62ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE ECONOMIA E INOVAÇÃO – CTEI/CIF foi cancelada.**

**HUGO SANTOS TOFOLI**  
Coordenador da Câmara Técnica de Economia e Inovação

## ASSINATURA

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

**HUGO SANTOS TOFOLI**  
DIRETOR QCE-02  
DIRTEC - ADERES - GOVES  
assinado em 17/03/2022 10:17:35 -03:00



### INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 17/03/2022 10:17:35 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)  
por HUGO SANTOS TOFOLI (DIRETOR QCE-02 - DIRTEC - ADERES - GOVES)  
Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2022-5QS72D>